



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora
Av. Gal. Afonso Albuquerque de Lima s/nº – Cambéa – Fortaleza – Ceará – CEP 60830-120
DDD (0**85) Telefone: 3207-7178 – <http://www.tjce.jus.br> – e-mail: corregedoria@tjce.jus.br

**Inspeção realizada na Vara Única da Comarca de
Aracoiaba/CE**

RELATÓRIO

Portaria nº 47/2015 CGJCE

Corregedor-Geral da Justiça:
Des. Francisco Lincoln Araújo e Silva

Juiz Corregedor Auxiliar:
Dr. Demetrio Saker Neto



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

**INSPEÇÃO REALIZADA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE
ARACOIABA/CE**

RELATÓRIO

Excelentíssima Senhora Desembargadora Presidente do Conselho Superior da Magistratura.

Em cumprimento às Portarias nºs 47/2015, publicada no Diário da Justiça de 04 de agosto de 2015, desta Corregedoria-Geral da Justiça, encaminha-se a Vossa Excelência o **RELATÓRIO**, mapas e demais papéis alusivos à **INSPEÇÃO** efetivada na **VARA ÚNICA DA COMARCA DE ARACOIABA**, realizada em 22 de outubro de 2015 pelo Juiz Corregedor Auxiliar Demetrio Saker Neto, sob a supervisão do Corregedor-Geral da Justiça do Estado do Ceará.

ESPECIFICAÇÕES GERAIS DA COMARCA INSPECIONADA

Trata-se de Comarca de entrância intermediária, cujo Fórum, tem como endereço a Avenida Tiradentes – Centro, CEP 62750-000, distante cerca de 73 km da Capital deste Estado. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com base no censo de 2010, a cidade possui 26.405 habitantes

Com referência à estrutura física do prédio, a edificação do Fórum possui uma série de rachaduras, inclusive com uma parte interditada, possuindo também diversas infiltrações. A secretaria informou que a situação do prédio já foi informada ao Tribunal de Justiça. Registra-se que dispõe de rampa de acesso para pessoas com necessidades especiais.

METODOLOGIA

Ao iniciar as atividades, o Juiz Corregedor Auxiliar informou aos presentes a finalidade do ato, ministrando instruções a respeito das ações a serem desempenhadas durante a inspeção.

A avaliação do Módulo foi levada a efeito mediante exame de um percentual das ações judiciais em curso, notadamente, os feitos envolvendo presos provisórios; réus foragidos; execução penal; Tribunal do Júri; cartas precatórias cíveis e criminais; mandados de segurança; ações civis públicas e por improbidade administrativa; processos inclusos nas Metas do CNJ, em especial a Meta 2 de 2015; demandas que, por expressa disposição legal, exigem prioridade de processamento, inclusive as submetidas ao Estatuto do Idoso e as que figuram como parte(s) ou interessado(s), crianças ou adolescentes; feitos conclusos há mais de cem dias; conclusos para julgamento e, finalmente, os pendentes de expedientes.

Foram examinados os livros da Secretaria, tendo sido inspecionada, ainda, a Cadeia Pública local. Pontua-se que há residência oficial na Comarca, contudo, atualmente cedida ao Município de Aracoiaba (termos em anexo).

JUÍZA EM ATUAÇÃO NO MÓDULO

Os serviços judiciários são desempenhados em responsabilidade pela Dra. Juliana Porto Sales, titular da Vara Única da Comarca de Capistrano.

Consoante registro em ficha funcional, a Judicante tomou posse na Magistratura estadual em 04/07/2013, no cargo de Juiz Substituto da Comarca de Icapuí. Foi removida em 09/03/2015 para a Comarca de Capistrano, permanecendo nesta situação até a presente data.

PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

A Dra. Juliana Porto Sales, nos últimos 24 (vinte e quatro) meses trabalhados, **incluindo suas responsabilidades e auxílios**, obteve a seguinte prestação jurisdicional:

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DA MAGISTRADA EM TODAS AS UNIDADES, DE 09/2013 A 09/2015 (24 MESES TRABALHADOS)				
SENTENÇAS	AUDIÊNCIAS	DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS	ACORDOS	DESPACHOS
2187	1436	1744	416	9328

Analisando os números do quadro acima, verifica-se que nos últimos meses de exercício jurisdicional, a Magistrada apresentou movimentação processual mensal conforme quadro abaixo:

MÉDIA MENSAL DE PROCESSOS E ATOS JURISDICIONAIS EM TODAS AS UNIDADES, DE 09/2013 A 09/2015 (24 MESES TRABALHADOS)				
SENTENÇAS	AUDIÊNCIAS	DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS	ACORDOS	DESPACHOS
91,12	59,83	72,66	17,3	388,66

À frente da Unidade inspecionada, a Magistrada obteve a estatística processual abaixo:

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DO MAGISTRADO NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE ARACOIABA, DE 06/2015 A 09/2015 (03 MESES TRABALHADOS)				
SENTENÇAS	AUDIÊNCIAS	DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS	ACORDOS	DESPACHOS
343	179	343	37	717

Junto à Vara Única da Comarca de Aracoiaba a Dra. Juliana Porto Sales, apresentou a seguinte média processual:

MÉDIA MENSAL DE PROCESSOS E ATOS JURISDICIONAIS NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE ARACOIABA, DE 06/2015 A 09/2015 (03 MESES TRABALHADOS)				
SENTENÇAS	AUDIÊNCIAS	DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS	ACORDOS	DESPACHOS
114,33	59,66	114,33	12,3	239

PROMOTORIA DE JUSTIÇA

Conforme dados inseridos no Formulário de Inspeção, Correção e Visita – FICOVI, preenchido pela Unidade, tem como representante do Ministério Público na Vara Única da Comarca de Aracoiaba o Dr. Stênio Moreira Costa, desde 23 de agosto de 2005.

DEFENSORIA PÚBLICA

A Comarca encontra-se desde o mês de março de 2012 sem a assistência de Defensor Público.

SECRETARIA DA VARA

A Vara está constituída por 06 (seis) servidores efetivos do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, um deles, José Reginaldo da Silva Oliveira, acumulando o cargo de Diretor de Secretaria desde 13/12/2006. Dispõe, ainda, de 05 (cinco) servidores requisitados de outros órgãos públicos, conforme discriminado abaixo:

José Reginaldo da Silva Oliveira	Diretor de Secretaria/Auxiliar Judiciário
Arthur Moura Costa	Analista Judiciário em Execução de Mandados
Allan Moreira Leitão	Analista Judiciário
Antônio Gomes Moreira	Técnico Judiciário
Gilvanira Teixeira Nogueira	Auxiliar Judiciário
Teresinha Gomes Marinho	Escrevente estabilizado/Técnico Judiciário
Lúcia de Fátima Lopes da Silva	Requisitada de outro órgão público
Francileila Alves do Nascimento	Requisitada de outro órgão público
Francisca Vanda Araújo da Silva	Requisitada de outro órgão público
Suyane de Oliveira Lopes	Requisitada de outro órgão público

Jonas do Nascimento Leitão	Requisitado de outro órgão público
----------------------------	------------------------------------

Conforme dados extraídos do SGEC, cadastrados no mês de outubro de 2015, a Secretaria estava representada do seguinte modo:

14.Total de Servidores Efetivos do TJ CE lotados na Unidade, incluir Diretor se efetivo (Secretaria competente p/enviar mais de um mapa estatístico, informar em cada planilha o total de servidor lotado).Descrição: SERVIDORES EFETIVOS (DADOS DA SERVENTIA)	6
15. Diretor de Secretaria (Cargo comissionado)da Unidade(Secretaria competente p/enviar mais de um mapa estatístico, informar em cada planilha o total. Informar somente quando não for servidor efetivo). Descrição: DIRETOR DE SECRETARIA(DADOS DA SERVENTIA)	0
16.Total de Terceirizados lotados na Unidade (Secretaria competente p/enviar mais de um mapa estatístico, informar em cada planilha o total de servidor lotado). Descrição: SERVIDORES TERCEIRIZADOS(DADOS DA SERVENTIA)	0
17.Total de Servidores cedidos de outro órgão lotados na Unidade (Secretaria competente p/enviar mais de um mapa estatístico, informar em cada planilha o total de servidor lotado).Descrição: SERVIDORES CEDIDOS (DADOS DA SERVENTIA)	5
18.Total de estagiários lotados na Unidade(Secretaria competente p/enviar mais de mapa estatístico, informar em cada planilha o total de servidor lotado).Descrição: ESTAGIÁRIOS(DADOS DA SERVENTIA)	0
VII – TOTAL DE SERVIDORES EFETIVAMENTE LOTADOS NA UNIDADE (ITEM 23 + ITEM 24 + ITEM 25+ ITEM 26 + ITEM 27)	11
19.Total de Computadores (Secretaria competente p/enviar mais de um mapa estatístico, informar em cada formulário o total de PC em uso no mês) Descrição: COMPUTADORES (DADOS DA SERVENTIA)	6

EXAME DO ACERVO PROCESSUAL

Dos feitos que foram devidamente inspecionados na Secretaria da Comarca de Aracoiaba, constatou-se que:

a) Conforme dados do FICOVI, 617 (seiscentos e dezessete) processos estavam conclusos, destes, 299 (duzentos e noventa e nove) estavam conclusos com prazo excedido. Registre-se que 18 (dezoito) estavam com prazo excedido para sentença. **Recomendou-se a movimentação dessas demandas pela Magistrada;**

b) No que se refere à Meta 2 de 2015 do Conselho Nacional de Justiça (identificar e julgar, até 31/12/2015, pelo menos 80% dos processos distribuídos até 31/12/2011, no 1º grau), verificou-se um total de 251 (duzentos e cinquenta e um) processos pendentes em setembro/2015 (relatório em anexo). Recomendou-se a movimentação dessas ações, cumprindo, integralmente, os objetivos estabelecidos pelo CNJ;

c) Relativo à Meta 4 de 2015 do Conselho Nacional de Justiça (identificar e julgar, até 31/12/2015, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídas até 31/12/2012) e a Meta 6 de 2015 (identificar e julgar, até 31/12/2015, as ações coletivas distribuídas até 31/12/2012, no 1º grau), verificou-se que não existiam processos pendentes em setembro/2015;

d) Dos feitos de competência do Tribunal do Júri, 5 (cinco) conforme planilha preenchida pela Secretaria da Vara Inspeccionada, registre-se que todos os feitos estão aguardando designação de sessão. Exemplos dos processos inspeccionados:

Processo	Fase	Despacho
428-90.2004	Concluso	Visto em inspeção. À conclusão da MM. Juíza para análise.
810-49.2005	Concluso	Visto em inspeção À conclusão da MM. Juíza para análise
34-15.2006	Concluso.	Visto em inspeção. À conclusão da MM. Juíza para análise.
220-33.2009	Aguardando expedição de mandados	Visto em Inspeção Feito paralisado desde 24/03/2015. À Secretaria para expediente necessários.

e) Foram examinados também demandas referentes a execução penal, a exemplo citamos:

Processo	Fase	Despacho
4957-69.2015	Aguardando cumprimento de carta	Visto em inspeção À secretaria para acostar a carta de guia do

	de guia	apenado. Após concluso para M.M. Juíza para proceder a oitiva do apenado.
4984-23.2013	Aguardando cumprimento da pena	Visto em inspeção Acoste a secretaria a competente carta de guia do apenado Após recomenda-se que os autos sejam conclusos a MM. Juíza para apreciação.
4960-24.2015	Concluso	Visto em inspeção À secretaria para acostar a competente carta de guia do apenado. Após concluso para M.M. Juíza para proceder a oitiva do apenado.
4956-84.2015	Concluso	Visto em inspeção À secretaria para acostar a competente carta de guia do apenado. Concluso para M.M. Juíza para proceder a oitiva do apenado.
5204-21.2013	Aguardando cumprimento da pena	Visto em inspeção recomenda-se que seja expedida a carta de guia e consequente a conclusão dos autos a MM. Juíza para análise de eventual benefício em favor do apenado.

f) Toante as cartas precatórias, no geral apresentam paralisação tendo em vista que estão aguardando expedientes, a título de exemplo, foram analisados os feitos:

Processo	Fase	Despacho
4799-14.2015.8.06.0036 Carta Precatória	Aguardando cumprimento de despacho de designação de audiência	Visto em inspeção. Feito paralisado desde 09/07/2015. À Secretaria para expedientes necessários.
5315-34.2015	Aguardando expedição de mandado	Visto em inspeção À secretária para expedientes
5312-79.2015	Aguardando expedição de mandado	Visto em inspeção À secretária para expedientes
4805-21.2015	Aguardando devolução de mandado	Visto em inspeção À secretária para expedientes
4732-49.2015	Aguardando resposta de ofício	Visto em inspeção À conclusão da MM. Juíza para análise

g) Os feitos referentes ao Estatuto do Idoso não estavam identificados com etiquetas, recomendou-se, ademais, que fosse envidado esforços para a tramitação preferencial. Segue

exemplos de feitos inspecionados:

Processo	Fase	Despacho
4900-22.2013	Aguardando designação de audiência	Visto em Inspeção.
5628-29.2014	Aguardando designação de audiência	Visto em Inspeção.
3171-15.2000	Concluso - 19/10/2015	Visto em Inspeção. À conclusão da MM. Juíza para análise.
4431-05.2015	Aguardando designação de audiência	Visto em Inspeção. Feito paralisado desde 21/07/2015. À Secretaria para expedientes necessários.
4600-60.2013	Aguardando cumprimento de carta precatória	Visto em Inspeção. À conclusão da MM. Juíza para análise.

h) Nos feitos referentes a Infância e Juventude, verificou-se que a maioria está aguardando designação de audiência, recomendando-se que seja dada prioridade em tais ações.

Segue exemplos de processos inspecionados:

Processo	Fase	Despacho
4804-75.2011	Concluso	Visto em inspeção.
5058-43.2014	Aguardando cumprimento de despacho de designação de audiência	Visto em inspeção. Feito paralisado desde 21/05/2015. À Secretaria para expedientes necessários.
5150-89.2012	Aguardando cumprimento de despacho de designação de audiência	Visto em inspeção. Feito paralisado desde 18/09/2015. À Secretaria para expedientes necessários.
5626-25.2015	Aguardando cumprimento de despacho de designação de audiência	Visto em inspeção Feito paralisado desde 07/10/2015. À Secretaria para expedientes necessários.
5502-76.2014	Aguardando realização de audiência	Visto em inspeção.

i) Segue exemplos de processos inspecionados referentes a réu preso:

Processo	Fase	Despacho
5130-64.2013	Aguardando realização de audiência	Visto em Inspeção. À conclusão da M.M. Juíza, para análise do pedido constante à fl. 60 dos autos. Expedientes em caráter de urgência
5421-93.2015	Vista ao MP	Visto em inspeção À secretaria para expediente em

		caráter de urgência, face tratar de processo que envolve preso.
4211-46.2011	Aguardando realização de audiência	Visto em Inspeção. À conclusão da M.M. Juíza para apuração de eventual excesso de prazo na formação de culpa, expedientes em caráter de urgência
5163-83.2015	Aguardando prazo	Visto em inspeção À conclusão de MM. Juíza para análise de eventual excesso de prazo na formação de culpa.
5292-59.2013	Concluso	Visto em Inspeção. À conclusão da MM. Juíza para análise.

j) Com relação às Ações Civis Públicas, analisou-se os feitos:

Processo	Fase	Despacho
5575-14.2015	Concluso	Visto em Inspeção. À conclusão da MM Juíza para análise.
649-97.2009	Concluso - 01/10/2015	Visto em Inspeção. À conclusão da MM Juíza para análise.

k) Processos enquadrados em metas do ENASP: alguns estão suspensos e outros com vista para julgamento:

Processo	Fase	Despacho
45-54.2000	Suspenso	Visto em Inspeção. À conclusão da MM. Juíza para análise
0001025-54.2007	Concluso	Visto em Inspeção. Feito paralisado desde 14/05/2015. Faça-se conclusão para impulso oficial.
810-49.2005	Concluso	Visto em inspeção À conclusão da MM. Juíza para análise
220-33.2009	Aguardando expedição de mandados	Visto em Inspeção Feito paralisado desde 24/03/2015. À Secretaria para expediente necessários.
34-15.2006	Concluso.	Visto em inspeção. À conclusão da MM. Juíza para análise.

l) Relativo aos processos da infância e juventude, em geral, estão com tramitação normal, contudo, alguns paralisados por tempo excessivo. Segue exemplos de processos inspecionados:

Processo	Fase	Despacho
4804-75.2011	Concluso	Visto em inspeção.
5058-43.2014	Aguardando cumprimento de despacho de designação de audiência	Visto em inspeção. Feito paralisado desde 21/05/2015. À Secretaria para expedientes necessários.
5150-89.2012	Aguardando cumprimento de despacho de designação de audiência	Visto em inspeção. Feito paralisado desde 18/09/2015. À Secretaria para expedientes necessários.
5626-25.2015	Aguardando cumprimento de despacho de designação de audiência	Visto em inspeção feito paralisado desde 07/10/2015. À Secretaria para expedientes necessários.
5502-76.2014	Aguardando realização de audiência	Visto em inspeção.

LIVROS

Dentre os livros atinentes às atividades da Secretaria, consoante exigência prevista no art. 391 e seus incisos, do Código de Organização Judiciária do Estado do Ceará, foram examinados os tomos obrigatórios e facultativos, além de outros tantos abertos livremente pela Unidade, por exemplo os livros: carga do Juiz, carga de advogado, carga do Ministério Público e registro de sentença.

As observações pertinentes a cada livro estão discriminadas no formulário próprio, anexado a este relatório.

CUMPRIMENTO DAS METAS NACIONAIS DO JUDICIÁRIO E PROJETOS SUPERVISIONADOS PELO TJCE E CNJ

Conselho da Comunidade: A instalação do colegiado se deu em 18/06/2006 (Portaria nº 03/2006), estando em pleno funcionamento, não havendo, no entanto, periodicidade na realização de reuniões;

Projeto Pai Presente: A Secretaria foi informada das determinações emanadas do Conselho Nacional de Justiça e da Corregedoria-Geral de Justiça. A Secretaria informou que estão sendo envidados pelo Juízo todos os esforços no sentido do cumprimento das ordens emanadas nos

Provimentos relativos ao tema;

Bens, armas, munições e substâncias entorpecentes apreendidos: A equipe funcional ficou cientificada das normas que regem a matéria, na forma prevista na Resolução do Órgão Especial Nº 11/2015 TJCE. A Secretaria informou que periodicamente as armas existentes em depósito neste Juízo são entregues para destruição à equipe de policiais militares pertencentes à Assistência Militar do Tribunal de Justiça;

Banco de dados de mandados de prisão: Os mandados de prisão expedidos são atualizados no SPROC em ferramenta específica (BNMP), com os processos separados em pilha específica.

Metas Nacionais do Judiciário:

a) A Fração encontra-se interligada ao TJCE e à rede mundial de computadores (META 3 de 2009);

b) A Unidade informou que o Magistrado está cadastrado nos sistemas RENAJUD e INFOJUD. (META 8 de 2009);

c) As informações processuais se encontram acessíveis e atualizadas nos portais da rede mundial de computadores, com andamento atualizado e conteúdo das decisões dos processos, respeitando o segredo de justiça (META 3 de 2012);

d) O Magistrado concluiu a capacitação em Administração Judiciária (META 8 de 2010), porém, até a presente data, a ENAJ não enviou o certificado, sem qualquer justificativa fornecida aos Magistrados. A Magistrada possui diversas capturas de telas e e-mails referentes ao curso;

e) O sistema de registro audiovisual foi implantado na Secretaria (Meta 2 de 2011);

f) A Unidade utiliza o MALOTE DIGITAL;

g) A Vara **não alcançou a Meta 1 de 2013 e 2014**, no sentido de julgar processos em número maior que o de feitos distribuídos, **quando considerados os nove primeiros meses de 2015, a Unidade já atingiu referida proposta**, conforme discriminado no quadro abaixo:

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE ARACOIABA								
Ano	Distribuidos	Arquivados	Arquivados %	JULGADOS				Julgados %
				Titular	Respondendo	Auxiliando	Total	
2013	883	707	80.07	666	212	0	878	99.43
2014	1088	862	79.23	665	289	0	954	87.68
2015	901	1144	126.97	485	724	0	1209	134.18
	2872	2713	94.46	1816	1225	0	3041	105.88

CADEIA PÚBLICA

A Cadeia Pública de Aracoiaba-CE está instalada no centro da cidade. Tem como diretor o Sr. Francisco Wilson de Sousa Sales. O estabelecimento apresenta celas com instalações regulares. Não dispõe de cela destinada às detentas. O prédio é antigo, precisando de reparos.

A edificação possui 5 (cinco) celas, com 36 (trinta e seis) presos em regime fechado, 6 (seis) do regime semiaberto e outros 5 (cinco) do aberto. O imóvel possui área apropriada para banho de sol dos detentos, ocorrendo dias de segunda, quarta e sexta, das 8h às 10h.

As visitas ocorrem as terças e sábados das 8h às 12h. A alimentação é fornecida pela Secretaria de Justiça - SEJUS. Houve 06 (seis) fugas este ano, somente alguns foram recapturados. Existem aulas de ensino fundamental e médio para os internos. Existem 15 (quinze) policiais e 01 (uma) viatura à disposição da cadeia.

RECOMENDAÇÕES

Sem prejuízo de outras orientações, foi recomendado, por ocasião do encerramento da inspeção, o seguinte:

1) Manter monitoramento e efetivação das Metas Nacionais do Judiciário para 2015, com destaque para as Metas 1 (julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente) e 2 (identificar e julgar, até 31/12/2015, pelo menos 80% dos processos distribuídos até 31/12/2011, no 1º grau);

2) As causas vinculadas ao Estatuto do Idoso e as que figuram como partes crianças ou adolescentes, deverão ser identificadas e tramitar mediante fluxo diferenciado, especialmente, no que diz respeito ao cumprimento dos expedientes;

3) Os processos de réus presos deverão ser impulsionados com a máxima celeridade, apreciando, *ex officio*, o excesso de prazo na formação da culpa;

4) Acompanhar os prazos prescricionais das ações penais, possibilitando o seu desate antes de consumada a extinção da punibilidade;

5) Com relação às Execuções Penais, que sejam confeccionadas as cartas de guia dos apenados;

6) Manter a atenção conferida ao cumprimento e devolução das cartas precatórias.

CONCLUSÃO

Os trabalhos inspecionais permitiram o exame de considerável percentual do acervo processual, o que foi bastante para a formação de um diagnóstico acerca do desenvolvimento das atividades jurisdicionais.

Os esforços da Magistrada à frente da Secretaria, bem como da equipe de funcionários, visam garantia do regular desempenho dos serviços judiciais. Por fim, as irregularidades anteriormente consignadas, em destaque o cumprimento das Metas do CNJ, podem ser sanadas, atendidas as recomendações acima pormenorizadas.

Devido ao longo período que a comarca se encontra sem Juiz Titular, nota-se a extrema necessidade da atuação do Grupo de Descongestionamento, inclusive, para a realização das sessões do Júri, face o excessivo número de processos que se encontram paralisados aguardando a realização, também, de audiência. Importante salientar, que a Magistrada é Titular da comarca de Capistrano, bem como responde, também, pela comarca de Aratuba.

Além dos registros constantes deste relatório, dos dados inseridos no FICOVI, apresentados pela Unidade inspecionada, foram ministradas orientações e recomendações à Juíza, ao Diretor de Secretaria e aos servidores em geral, acerca do cumprimento das Metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça; da observância aos atos normativos por este, bem assim, dos emanados da Corregedoria Nacional de Justiça e desta Casa Correcional e, especialmente, em relação ao cumprimento da legislação referente aos feitos que são amparados pelo Estatuto do Idoso e aos processos da Infância e da Juventude, priorizando a sua tramitação, nos termos determinados

no parágrafo único, do art. 152, do ECA; da estrita atenção às Resoluções nos 113 e 116, do CNJ, no que pertine aos feitos da Execução Penal; do reforço da fiscalização quanto ao cumprimento dos prazos para elaboração dos expedientes, principalmente, os atinentes às cartas precatórias.

Por fim, considerando o que foi detectado *in loco* na estrutura física do prédio do Fórum da comarca de Aracoiaba, fato que, segundo a Secretaria vem sendo reiteradamente noticiado ao Departamento de Engenharia do TJCE, e, apesar de se tratar de uma constatação feita por leigos na matéria (a equipe da CGJ que realizou a inspeção), as fotos que ora se juntam a este relatório apontam diversas “rachaduras” na estrutura do prédio, motivo pelo qual sugere-se que seja dada ciência à Presidência do TJCE, por meio de ofício, encaminhando cópia das fotografias constantes deste relatório.

É o relato, que ora se submete à apreciação desse Colendo Conselho Superior da Magistratura.

Publique-se.

Fortaleza, 09 de outubro de 2015.

Desembargador **FRANCISCO LINCOLN ARAÚJO E SILVA**
Corregedor-Geral de Justiça

DEMETRIO SAKER NETO
Juiz Corregedor Auxiliar